

Setor público deve Cr\$ 1 quatrilhão

A dívida líquida do setor público cresceu Cr\$ 779,1 trilhões em 1985, apresentando um crescimento de 3,7% acima da inflação. A dívida líquida total do Estado brasileiro alcança hoje Cr\$ 1,0 quatrilhão, sendo Cr\$ 459,3 trilhões de dívida interna e Cr\$ 639,4 trilhões — ou US\$ 60,9 bilhões — de dívida externa.

Esses números foram liberados ontem pelo ministro da Fazenda, Dflson Funaro, e anexados a um bloco de 21 páginas de resumo das medidas de aperfeiçoamento da administração financeira federal, que estarão sendo implantadas este ano, para tornar possível um controle efetivo das contas públicas.

Da dívida interna de Cr\$ 459,3 trilhões, que apresentou crescimento real de 12,5% (acima da inflação), o governo central é responsável por Cr\$ 264,0 trilhões. Essa dívida cresceu 56%, sendo basicamente dívida mobiliária junto ao público (colocação líquida de títulos).

Os governos estaduais e municipais têm agora uma dívida interna de Cr\$ 96,9 trilhões, tendo crescido 7,8% em termos reais. A dívida junto

ao sistema financeiro cresceu Cr\$ 74,6 trilhões, apesar de todos os esforços do governo para manter sob controle os gastos das administrações estaduais e municipais, que são quem mais pressionam o déficit público.

Em 1985, a dívida líquida das empresas estatais diminuiu 5,5% em termos reais. Passou de Cr\$ 41,4 trilhões para Cr\$ 130,8 trilhões. Junto ao sistema financeiro nacional (excluindo os bancos oficiais), as estatais devem Cr\$ 135 trilhões. E junto a empreiteiras e fornecedoras, mais Cr\$ 4,9 trilhões. Porém, como tem uma carteira de títulos no valor de Cr\$ 9,4 trilhões, sua dívida líquida fica nos Cr\$ 130 trilhões.

A Previdência Social apresenta um bom comportamento financeiro. Sua dívida junto ao setor financeiro nacional é de apenas Cr\$ 270 bilhões, e ainda detém uma carteira de títulos no total de Cr\$ 6,6 trilhões. A dívida interna é ainda distribuída entre fundos e programas, agências descentralizadas, obrigações e haveres das autoridades monetárias — Banco do Brasil e Banco Central.

A dívida externa líquida total do

setor público não-financeiro alcançou US\$ 79,5 bilhões em dezembro do ano passado, de acordo com dados preliminares do Banco Central. Significa dizer que houve um crescimento de apenas US\$ 177 milhões. Em termos econômicos, o governo acha que o importante é a dívida externa líquida do setor público, cujo total é de US\$ 60,9 bilhões ou Cr\$ 636,4 trilhões.

A dívida externa registrada do setor público pulou de US\$ 70,5 bilhões em dezembro de 1984 para US\$ 72,0 bilhões em dezembro de 1985. O governo federal é responsável por uma dívida de US\$ 13,6 bilhões, e os governos estaduais e municipais por um débito de US\$ 3,9 bilhões. As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista acumulam maior parcela da dívida externa, num total de US\$ 54,4 bilhões.

A dívida externa não registrada no setor público, basicamente referentes a linhas de crédito comercial, declinou de US\$ 3,4 bilhões de 1984 para US\$ 3,0 bilhões ano passado. Os depósitos registrados em moeda estrangeira do setor privado, no Banco do Brasil, por sua vez, representam

hoje uma dívida de US\$ 4,5 bilhões.

Para contabilizar uma dívida externa líquida de US\$ 60,9 bilhões, o Ministério da Fazenda contabilizou a favor do País reservas internacionais de US\$ 12,6 bilhões e mais US\$ 5,5 bilhões de empréstimos financiadas pelo setor público financeiro, como BNDES. A dívida externa líquida, ainda de acordo com a versão do Ministério da Fazenda, declinou US\$ 322 milhões no ano passado.

CRÍTICA

O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, disse ontem em Brasília que o pagamento da dívida externa da maneira como vem sendo feita está dificultando a consolidação da recuperação econômica do País e que a possibilidade da suspensão temporária do pagamento dos juros dessa dívida não é uma hipótese fora de cogitação.

Lucena ponderou que essa massa de recursos, bem manuseada e jogada no setor de abastecimento, teria retorno rápido e eficaz na redução substancial dos índices de inflação e na criação de estrutura capaz de consolidar uma política eficaz naquele setor.

Brasília Agência Estado



Arquivo

Funaro liberou os números sobre a dívida líquida